
RESENHA

FERNANDEZ, F. N. **Território, capital, sociedades e desigualdades na América latina: estudos sobre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.** Curitiba: CRV, 2023, 312p.

Fernando Negret Fernandez* 

O livro é resultado de uma pesquisa sobre aspectos teóricos do território, e de análises históricos e atuais desses seis países, dos quais se abordou a ocupação territorial pelos povos originários de América Latina e o impacto e as transformações sociais e econômicas ocasionadas pela conquista e a colonização de Espanha e Portugal. Igualmente, se analisam as transformações resultantes da Independência e da criação dos Estados nacionais, bem como a situação social e econômica atual, abordando diferentes aspectos explicados mais adiante. Finalmente, apresentam-se as iniciativas e propostas das principais agências internacionais para a recuperação do impacto da pandemia da covid-19 na região. Os seis países analisados são as principais economias latino-americanas e representam 82,24% do PIB regional, ocupam 79,17% do território da região e neles residem 74,85% da população total.

Na introdução se apresentam 13 conceitos resumidos que constituem elementos teóricos e metodológicos utilizados no desenvolvimento do livro: Território, Dialética, Socioambiental, Recursos Ambientais, O Capital, Acumulação de Capital, Sociedades, Classe Social, Desigualdades, Desenvolvimento Regional e Combinado, Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional e Política Pública.

Inicialmente se incluem conceitos mais específicos sobre território e suas formas de delimitação com base em autores e instituições reconhecidos pelas suas pesquisas e desenvolvimento de concepções e visões sobre os assuntos territoriais, regionais e urbanos. Posteriormente, se analisa a desigual distribuição dos recursos ambientais no planeta e na América Latina; colônias de Espanha e Portugal, se aborda a ocupação da terra pelos povos originários, a economia colonial, as classes sociais e suas desigualdades, bem como a sua independência, a formação dos estados nacionais, o aumento na concentração da propriedade da terra e das desigualdades sociais. Logo se analisa a situação atual dos seis países, suas desigualdades regionais, regionalizações e políticas

* Faculdades Alves Faria, Goiânia, Brasil. E-mail: fenegret@uol.com.br

públicas territoriais, além dos aspectos socioeconômicos, abordando indicadores das condições de vida da população e da situação econômica dos países. Finalmente se apresentam as iniciativas das principais agências internacionais para recuperação do impacto da pandemia do covid-19. Conclui-se com algumas Considerações Finais.

Para o desenvolvimento do estudo se realizaram pesquisas bibliográfica e documental. Na bibliográfica são abordados principais autores e instituições que trabalham os conceitos de território e regiões, regionalizações e planejamento regional. A pesquisa documental analisa principalmente estudos, trabalhos, documentos e bases estatísticas de instituições internacionais e nacionais de caráter público e particular.

Como resultados se podem mencionar a exposição do debate sobre diversos conceitos de território e a sua ocupação, apropriação e transformação em diferentes relações de sociedades com suas naturezas ou recursos ambientais. Igualmente a quantificação resumida dos principais recursos ambientais do mundo, da América Latina e dos seis países, bem como a exposição da ocupação diversa e dispersa dos territórios pelos povos originários, sua exploração, opressão e dizimação com a conquista e a implantação do regime colonial de Espanha e Portugal. Outro resultado relevante foi a constatação de que a instauração dos estados nacionais significou a permanência das classes sociais dominantes que contribuíram à sua independência, mantiveram e ampliaram a propriedade da terra e não houve transformações sociais relevantes, além do fim da escravatura e da exploração de indígenas e, principalmente, de africanos. Da atualidade, o estudo mostra avanços diferenciados em aspectos sociais e econômicos dos seis países, não obstante os impactos da pandemia e para cuja recuperação se apresenta um resumo das relevantes iniciativas das principais agências internacionais.

O livro está estruturado em seis capítulos. O primeiro inclui conceitos sobre o território e as formas de ocupação e delimitação dos territórios mais convencionais: os terrestres e os marítimos. Logo, considerando o território como “o suporte material das sociedades” (Pradilla, 1984), analisam-se as relações de apropriação e transformação que realizam as sociedades com suas diferentes naturezas de diversos recursos ambientais e, portanto, caracterizam e permitem definir os territórios que ocupam. Ou seja, existem duas formas essenciais de conceitos de territórios: os naturais, sem ocupação, e os sociais,

quando aqueles são ocupados por sociedades, e nesta relação sociedade-natureza, as sociedades transformam, caracterizam e definem o território.

O segundo capítulo aborda a distribuição da população e dos recursos ambientais no planeta e na América Latina, destacando a desigualdade da população e das superfícies dos principais países do mundo (Google e Marine Regions, 2020; Banco Mundial, 2015), a localização da biodiversidade (CEPAL e UNESCO, 2020; UNAM, 2015), e do desmatamento na América Latina (Global Forest Watch, 2020). Igualmente, expõe-se a distribuição do volume de água no mundo e na América Latina (Amigos da Terra, 2016; Duran Master, 2017), das reservas do petróleo e do gás (CIA World Factbook, 2020), do ouro (El TIEMPO, Colômbia, 2021) e das terras cultiváveis (FAO, Formigoni, 2017). A pesquisa mostra a riqueza da América Latina e dos seis países, que detêm grandes reservas de recursos fundamentais para a vida e a subsistência da humanidade.

O terceiro capítulo aborda a ocupação do território pelos povos originários latino-americanos e as transformações sociais nas colônias, com a usurpação das terras e com a implantação das fazendas como nova forma de propriedade e meio de produção, com nova divisão técnica do trabalho e novas classes sociais. A fazenda, mas principalmente a exploração do ouro e da prata, foram os dois principais setores que contribuíram para a acumulação originária e, com esta, para o desenvolvimento do capitalismo na Europa e da sua instauração na América Latina. Neste capítulo também se aborda a desagregação das colônias da Espanha em vários países independentes, bem como a meritória manutenção integral do rico território brasileiro, inicialmente como Império e logo como República Independente. Analisa-se também como a Independência manteve a estrutura social dominante nos países de América Latina, na qual os proprietários da terra e produtores agropecuários que tinham apoiado o processo libertário, ampliaram a propriedade dos seus imensos latifúndios. Desta forma, a Independência desses países incrementou as desigualdades entre as classes sociais.

O quarto capítulo inclui inicialmente uma breve exposição de três aspectos fundamentais sobre território, regiões e cidades: a) uma apresentação sobre o caso especial e relevante da Amazônia; b) a transformação dos grandes centros urbanos mundiais, para prestar os denominados “serviços avançados” e realizando atividades de comando e controle do capitalismo mundial (Sassen, S. As cidades na economia mundial,

1998; Castells, La sociedade em Rede, 2002) e c) a conceituação e caracterização das políticas públicas, que servem de base teórica e conceitual para a análise das políticas públicas regionais dos seis países, e que é tema principal deste capítulo. Com base em estudos regionais e nas regionalizações realizadas pelo Estado e por pesquisadores e autores reconhecidos, se mostra a riqueza dos enormes recursos ambientais e a grandiosa biodiversidade regional como principal característica dos territórios latino-americanos, sendo que quatro dos seis países estão incluídos na lista dos 10 mais biodiversos do planeta. Todas as regionalizações mostram grandes desigualdades ambientais e sociais entre as regiões, o qual tem levado a que todas as propostas de políticas regionais, tenham como objetivo diminuir ou atenuar as desigualdades territoriais, não sempre com resultados alentadores.

No quinto capítulo se analisam os aspectos socioeconômicos e desigualdades nas condições de vida na América Latina, mostrando comportamentos demográficos, a situação da saúde, dos serviços básicos, das redes de internet e da educação básica, média, técnica e superior. Das universidades se analisam quatro princípios mais presentes nos seus planos acadêmicos: a) educação é um direito de todos; b) inclusão social e democrática nas universidades; c) asseguramento da qualidade da educação superior; d) internacionalização das universidades latino-americanas. Incluem-se as melhores universidades de América Latina e uma análise dos principais movimentos estudantis no século XXI. Neste mesmo capítulo se aborda a pobreza em domicílios e pessoas, a situação geral do emprego e dos jovens, comportamento dos salários mínimos nacionais, sua capacidade de compra e a desigualdade dos profissionais nas pequenas, médias e grandes empresas. Ainda, o capítulo inclui análises nacionais sobre o PIB e sua composição setorial, as exportações, a dívida externa, investimentos, incluindo os do meio ambiente e os principais grupos econômicos latino-americanos.

No sexto e último capítulo, comentam-se as iniciativas e propostas da CEPAL, do BID, da OIT, da IFC-Banco Mundial, do FMI e iniciativas nacionais para recuperação do impacto da Pandemia. A CEPAL informa que América Latina foi a região do mundo mais golpeada pela pandemia, com a maior contração econômica da história de 6,8%, um aumento do desemprego de 8,1%, o que significa 44 milhões de pessoas desocupadas e, entre 2019 e 2020, houve um aumento de 23,5 milhões de pobres, ao passar de 185,5 milhões para 209 milhões de pessoas em pobreza, que significam 33,7 % da população

total. Diante desta situação, as instituições sugeriram variadas iniciativas, dirigidas principalmente aos Bancos Internacionais e Estados nacionais, entre as quais se podem destacar: a) alívio da dívida pública dos países pobres; b) pagamento da dívida externa com serviços ambientais prestados pelas florestas desses países; c) transferência, aos países pobres, dos Direitos Especiais de Giro (DEG) do FMI, não utilizados pelos países ricos; d) proposição de soluções diversas considerando as especificidades das regiões dos países latino-americanos; e) implementação de políticas de proteção e manutenção de empregos, de jornadas de trabalho compartilhadas e de curta duração; g) fortalecimento de ações para formalização dos trabalhadores informais; h) consolidação dos programas de assistência e proteção às mulheres afetadas pela violência de gênero; i) criação de oportunidades de emprego para jovens, mulheres, migrantes e populações indígenas.

Para finalizar, entende-se que o território é o suporte material das atividades das sociedades, por essa razão deve ser considerado elemento básico para as análises nacionais e regionais, e assim, definir potencialidades econômicas e fragilidades ambientais. Com base nestas, estabelecer prioridades sociais e ambientais que orientem o desenvolvimento, buscando melhores condições de vida para os mais pobres, com o menor impacto ambiental possível.

A pesquisa mostra que: a desigualdade é uma constante em todos os aspectos socioambientais regionais e, portanto, corresponde aos Estados implementar políticas públicas contra a pobreza que permitam afrontar essas inequidades; a educação tem sido e continuará sendo uma forma de criar condições nos jovens para melhorar o seu bem-estar e as de suas famílias, por essa razão, os estados devem qualificar a educação na perspectiva do trabalho e do emprego produtivos; a terra e a riqueza estão drasticamente concentradas e por tanto são necessárias políticas para distribuição desses recursos e diminuir as desigualdades e a pobreza; é fundamental que sejam utilizadas todas as potencialidades e recursos socioambientais para fortalecer a produção e a riqueza na América Latina, pois o predomínio do setor de comércio e serviços nos principais grupos econômicos da região, mostra que não existe geração de riqueza, somente especulação dos preços nesses estabelecimentos comerciais, com o qual se apropriam e exportam os poucos capitais e riqueza gerados nacionalmente.

Recebido em 12/03/2024, aceito para publicação em 25/03/2024.